

**CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO**  
**DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

**Política Educacional  
e Organização do  
Sistema de Ensino**

Consultores:

Avelino Romero

Gilda Grumbach

Professores especialistas:

Luzia Tavares da Silva

Marilene Sinder

Janeiro de 2005



## O PAPEL DA DISCIPLINA POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

---

*A persistência é o caminho do êxito .*  
Chaplin <sup>1</sup>

*Conta certa história que o rei Rumboldo Bertoldo de Açafrão III era muito poderoso e gostava de fazer leis. Certo dia acordou sem inspiração para escrevê-las. Um passarinho, porém, “entrou pela janela e fez um cocozinho no papel, bem em cima do desenho de um homem palito”. Isso foi suficiente para inspirá-lo e ele pôs-se a escrever. Em primeiro lugar escreveu:*

*“Os passarinhos, de hoje em diante, estão proibidos de fazer cocô.” Advertido sobre a impossibilidade de cumprimento dessa lei, escreveu a segunda:*

*“... de hoje em diante os passarinhos estão proibidos de comer.” Sendo alertado sobre as conseqüências de tal medida, resolveu escrever a terceira, em “letras grandes, redondas e engorduradas:”*

*“... Então, é claro, os passarinhos estão proibidos de voar.”*

*Já tendo mandado prender todos os auxiliares que o tinham aconselhado anteriormente, o rei mandou chamar as cozinheiras para opinarem sobre a lei que acabava de escrever e elas também foram contrárias a tal medida. Após mandar prendê-las, também na Torre de Pedra, escreveu a quarta, em definitivo, já que nem quis mais saber a opinião de ninguém, mandando logo pôr a ordem em prática:*

*“Os chatos de todo o reino devem saber que de hoje em diante as janelas do castelo deverão ficar fechadas, para que nenhum passarinho entre voando.” (adaptado de FURNARI, 2002)<sup>2</sup>*

A passagem acima nos remete à reflexão sobre a escola (o nosso reino “rumboltiano”) e sobre a nossa atuação nesse espaço privilegiado de formação de opinião. Nossa responsabilidade é grande porque estamos no curso de formação de professores; formação de sujeitos que formarão outros sujeitos.

Precisamos formar professores aptos a interpretar os fenômenos que circundam a sociedade e reconstruir o processo de informação de forma que eles possam permitir que seus alunos compreendam o mundo a sua volta, tornando-se indivíduos críticos e atuantes.

---

<sup>1</sup> In <http://www.culturabrasil.pro.br/chaplin1.htm>. Acessado em 15/10/04.

<sup>2</sup> FURNARI, Eva. *Rumboldo*. São Paulo: Moderna, 2002

Em que a disciplina *Política Educacional e Organização do Sistema de Ensino* pode ajudar nessa tarefa?

Muitas vezes presenciamos, em sala de aula, a narrativa de questões “rumboltianas”, trazidas pelos alunos, das suas próprias experiências escolares e da observação nas escolas. E essas tantas vezes justificam a existência desta disciplina no curso de formação de professores, porque ela promove a compreensão da dimensão política e organizacional da educação brasileira e de sua escola, inserida no sistema educacional e social, num país capitalista de grandes dimensões e cheio de contradições. Tem, também, a tarefa de esclarecer a dimensão ideológica da política educacional e de formação de professores. Isto implica ir além do texto legal, ampliando o leque de interpretação da política materializada em artigos e parágrafos.

Além disso, é obrigação desta disciplina esclarecer os futuros professores quanto aos aspectos que envolvem a organização e o financiamento dos sistemas de ensino em geral e da escola em particular. Uma atuação política eficiente dos professores dependerá desse esclarecimento.

## CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS

---

Esta disciplina é trabalhada na 4ª série do Curso Normal, e o primeiro desafio a ser enfrentado pelo professor que assume a responsabilidade de ministrá-la é despertar o interesse dos alunos, superando a visão que normalmente eles têm de que serão obrigados ao estudo do texto duro da lei. Desconstruir o construído é tarefa que exige paciência e perseverança. A conquista, no entanto, não se dá pelo simples convencimento, mas pela adoção de procedimentos didáticos que intercalam o trabalho com o texto legal e a leitura e discussão de outros materiais que incentivam o contato com a lei e sua compreensão.

O conteúdo da disciplina não deve confundir-se com o da administração escolar e nem com a apresentação pura e simples das leis que regem o ensino. Ele deve abranger o conhecimento de experiências passadas, que facilitarão a compreensão dos condicionantes das mudanças e da permanência de determinados tipos de estruturas no nosso sistema de ensino. Deve promover a discussão ampla das leis, avaliando até que ponto elas estão sendo cumpridas e como estão possibilitando o direito e o dever de educar e a melhoria da qualidade de ensino. Também se faz necessária uma discussão sobre a situação do nosso sistema de ensino, refletindo sobre seus problemas e as formas de resolvê-los.

Os conhecimentos serão construídos tendo como ponto de partida os problemas do cotidiano escolar, num enfoque menos informativo, onde as propostas sejam desafiadoras e significativas para os alunos. As atividades devem ser desenvolvidas com a efetiva participação dos alunos, utilizando sua criatividade na busca de soluções.

Nesse enfoque sugerimos que o conteúdo seja desenvolvido em quatro grandes temas. Eles estão apresentados sem uma seriação, de modo a permitir ao professor abordar os assuntos pertinentes à formação dos futuros professores e atender aos interesses e diferenças que surjam nas propostas pedagógicas de cada escola ou nas estratégias e procedimentos selecionados pelo professor. A seguir apresentaremos essa proposta de trabalho, lembrando que outras tantas existem e podem ser igualmente válidas. Ao final da apresentação de cada tema, encontra-se uma sugestão de leituras, constituída principalmente por textos e artigos concisos, numa linguagem acessível, que poderão ser trabalhados em sala de aula e contribuirão para facilitar o desenvolvimento dos conteúdos propostos.

## Dimensão Política e Social da Educação Brasileira: Legislação e Funcionamento do Sistema Nacional de Ensino

No desenvolvimento desse tema é importante: que sejam trabalhados os seguintes itens:

- A sociedade sob a perspectiva sistêmica.
- O significado dos artigos da Constituição Federal que se referem à Educação.
- O processo de formulação da política educacional do Brasil.
- O embate entre as políticas oficiais para a educação e os movimentos sociais.
- O funcionamento do sistema educacional brasileiro e o processo de descentralização político-administrativa da nossa educação.
- A distinção entre sistema educacional, sistema de ensino e escolar, destacando a importância do sistema escolar.
- Os níveis administrativos (municipal, estadual e federal) da educação brasileira, seus principais órgãos (Secretarias e Conselhos de Educação) e suas funções.
- Os diferentes tipos de escolas.
- A legislação pertinente à educação: Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9394/96; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, para o Ensino Médio, para a Educação de Jovens e Adultos e o Plano Nacional de Educação (PNE).

A finalidade deste tema é provocar e, ao mesmo tempo, motivar os alunos a buscarem respostas para os questionamentos que trazem do seu percurso escolar em relação às políticas educacionais adotadas pelos governos federal, estaduais e municipais no que diz respeito à garantia de uma educação de qualidade. Uma pergunta pode nortear os trabalhos:

*Em que medida o previsto em lei ocorre na realidade?*

Uma abordagem dos conteúdos, nesta temática, pode ser a seguinte:

Os alunos poderão ser instigados a levantar questões vividas na sua própria experiência de vida escolar ou verificadas nas escolas em que realizam a prática pedagógica. Com o apoio do professor e da leitura dos textos, eles deverão dar respostas a estas questões, produzindo a compreensão dos assuntos estudados. Os resultados poderão ser apresentados através da produção de textos ou painéis.

Familiarizar os alunos com documentos legais é uma tarefa fundamental a ser desenvolvida. Os futuros professores devem manusear tais textos, sendo capazes de debater aspectos definidos na lei, de maneira coerente, localizando tópicos pela consulta a capítulos, artigos, parágrafos e alíneas.

Distribuir cópias da LDB e da Constituição ou partes dela, para que os alunos tenham contato com o texto e a linguagem oficial, será um trabalho significativo para os futuros professores, pois suscitará questionamentos em relação a como consultar esses textos, se existe a necessidade de decorar alguns artigos, quando citá-los, como aplicá-los etc.

Esse trabalho torna possível discussões sobre o papel dos poderes públicos, suas obrigações e propostas. A leitura e análise dos documentos oficiais subsidiarão a investigação e as conclusões, que poderão ser apresentadas através da montagem de um mural com artigos de jornais ou revistas que discutam a aplicabilidade da Constituição Federal na realidade do nosso sistema educacional. Também pode ser construído um quadro comparativo – o que diz a Constituição, o que acontece na realidade e como gostaríamos que fosse.

É importante também que os alunos identifiquem o Sistema de Ensino Brasileiro, o seu funcionamento e a importância dessa estrutura para o funcionamento das escolas. As charges e os filmes podem proporcionar uma abordagem crítica e dinâmica. *O Sorriso de Monalisa*<sup>3</sup> e *A Sociedade dos Poetas Mortos*<sup>4</sup> são exemplos de filmes que permitem um bom debate sobre diferentes sistemas educacionais e cotidianos escolares.

O trabalho com fotos e documentos oriundos das antigas escolas dos alunos é também muito rico e dinâmico. A montagem de um painel com este material suscita uma retrospectiva da formação escolar dos futuros professores, por meio da qual se pode identificar e conhecer diferentes tipos de escolas, suas características e sua organização. O manuseio e a análise dos documentos trazidos pelos alunos levam à discussão sobre a validade e a abrangência dos mesmos, nos reportando aos diferentes níveis de ensino, suas funções e objetivos.

Complementando as discussões sobre o papel dos poderes públicos na organização do sistema escolar, pode ser realizada uma visita à Câmara dos Vereadores e/ou Assembléia Legislativa. Pode também ser feita uma visita às Secretarias (municipais/estaduais) de educação, visando compreender o contexto administrativo em que estão inseridas as escolas.

É importante que esse primeiro tema seja desenvolvido tendo como pano de fundo as reflexões sobre o embate entre as políticas públicas para a educação e os movimentos sociais, para que os futuros professores possam compreender a trajetória política da nossa legislação, despertando neles uma postura crítica e o compromisso político-profissional inerente à sua profissão.

## Sugestões de Leitura

BRASIL, Constituição Federal de 1988, Capítulo III - da Educação, da Cultura e do Desporto.

BRASIL, LDB - Lei 9394/96 - TÍTULO I - Da Educação, TÍTULO II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, TÍTULO III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar e TÍTULO IV – Da Organização da Educação Nacional.

CASTRO, Elza Maria Neffa Vieira de. A luta do povo brasileiro pela escola pública de qualidade. *Revista Informação Pedagógica*. SEE/RJ, v.1, n.1, s/d, p.6-13.

CURY, Carlos Roberto Jamil et al. *Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional de Educação*. São Paulo: Editora do Brasil, 1977.

PAVAN, Rosiver. A LDB: Expressão da política neoliberal em educação. *Educação em Debate*. Secretaria Municipal de Educação de Mauá/RJ, Ano 1, n.0, mar 1998, p.12-20.

RAINHO, João Marcos. PNE no Papel: Plano Nacional de Educação determina metas ambiciosas para os próximos dez anos - mas não explica quem vai pagar a conta. *Revista Educação*. mar 2001, p.34-36.

---

<sup>3</sup> O Sorriso de Monalisa. Drama dirigido por Mike Newell, produzido em 2003, nos E.U.A., tem a duração de 119 minutos e é distribuído pela Colúmbia. Disponível em VHS e DVD.

<sup>4</sup> Sociedade dos Poetas Mortos. Drama dirigido por Peter Weir, produzido em 1989, nos E.U.A., tem a duração de 129 minutos e é distribuído pela Buena Vista. Disponível em VHS e DVD.

## Dimensão Organizacional da Educação Brasileira

Nessa temática, o importante é focar o tipo de organização da nossa educação e como ela é financiada. A proposta continua sendo a problematização e a pesquisa, pois estamos falando de uma escola dinâmica, sintonizada com as mudanças e avanços que ocorrem em todos os campos. Os aspectos a serem abordados são:

- Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental – séries e ciclos – e Ensino Médio) e Superior.
- Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional, Educação à Distância, Educação dos Povos Indígenas.
- Financiamento da educação.

Esse tema tem como objetivo compreender a estrutura organizacional da educação brasileira definida pela LDB (Lei 9394/96), analisando os diferentes níveis e modalidades de educação e ensino – finalidade, objetivos e características (carga horária, currículo, jornada escolar, avaliação, etc.) e conhecer as diferentes formas de financiamento da educação no Brasil – os princípios legais e o FUNDEF<sup>5</sup>.

Para a abordagem desta temática, sugerimos que novamente a partida seja dada com o questionamento. Com o apoio da leitura dos textos e a orientação do professor, os alunos deverão equacionar questões como:

- Por que algumas escolas só têm Educação Infantil e outras atendem a todos os níveis de ensino, inclusive o Ensino Médio?
- Onde podem estudar os portadores de necessidades especiais?
- Onde podem estudar os jovens e adultos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola?
- Onde e como podem estudar os índios?

Também podem ser criadas situações em sala de aula que simulem os problemas levantados. O importante é trabalhar com a realidade vivida. Para a abordagem do assunto financiamento, por exemplo, pode-se partir da seguinte situação:

*O grêmio programou um passeio e quer que a escola ajude a pagar o ônibus. Como proceder? Isso é possível?*

Neste caso, o próprio diretor da escola pode ser convidado a fazer uma explicação acerca de como a escola recebe e utiliza suas verbas. Está aí garantida a possibilidade de entendimento de questões aparentemente complicadas como o FUNDEF e a verba de manutenção.

### Sugestões de Leitura

AZEVEDO, José Clóvis de. Ensino por Ciclos: a democratização do conhecimento na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. *Revista Pátio*. Porto Alegre: ArtMed. Ano 1, n.0, fev/abr 1997, p.31-32.

---

<sup>5</sup> O FUNDEF (Fundo Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Fundamental) deverá ser substituído, em 2005, pelo FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento e Valorização da Educação Básica), que se encontra em vias de aprovação. Neste caso, será preciso conhecer e estudar a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que o criará e a lei correspondente que o instituirá.

BENCINI, Roberta. Escola de índio, professor índio. *Revista Nova Escola*. Ano XIX, n.171, abr 2004, p.50-55.

BRASIL, LDB - Lei 9394/96 – TÍTULO V: CAPÍTULO I; CAPÍTULO II - Seção I, Seção II, Seção III, Seção IV, Seção V; CAPÍTULO III e CAPÍTULO V; TÍTULO VII - Dos Recursos Financeiros.

BRASIL, Emenda Constitucional n.3 de 1996, que cria o FUNDEF.

BRASIL, Lei n.9424 de 24 de dezembro de 1996, que institui o FUNDEF.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAVALCANTE, Meire. Aparências diferentes? Talentos também (escola inclusiva). *Revista Nova Escola*. Ano XIX, n.173, jun/jul 2004, p.32-33.

DAVIES, Nicholas. *Fundo do Ensino Fundamental (FUNDEF): valorização da educação pública ou redistribuição da miséria?* Niterói-RJ: UFF, mar de 2002 (texto digitado).

GENTILE, Paola. Educação dos jovens e adultos: salas de aulas heterogêneas, trabalho em foco, histórias de vida. *Revista Nova Escola*. Ano VIII, n.67, nov 2003, p.35 – encarte.

GROSSI, Esther Pilar. Por que séries e não ciclos? *Revista Pátio*. Porto Alegre: ArtMed. Ano 4, n.13, mai/jun 2000, p.46-50.

PORTO, Adélia. Escola Monte Cristo: uma experiência no ensino por ciclos. *Revista Pátio*. Porto Alegre: ArtMed. Ano 1, n.0, fev/abr 1997, p.33.

## Os Profissionais da Educação

Este tema deve ser trabalhado sob dois aspectos – o legal (o profissional da educação e a legislação) e o social (a valorização do profissional da educação). Destacamos alguns pontos relevantes para serem analisados e discutidos com a finalidade de instrumentalizar os futuros professores, tornando-os profissionais conscientes, críticos e engajados politicamente, capazes de compreender a estrutura na qual estão inseridos administrativamente, para que dela possam participar de maneira consciente e dinâmica. São eles:

- As políticas públicas para o magistério.
- A formação dos professores e especialistas de educação – legislação.
- As condições de trabalho do professor (mercado de trabalho, seleção e recrutamento, carreira e formação continuada).
- Certificação docente.

A abordagem dessa temática é bem mais fácil porque os futuros professores andam preocupados com a profissão, especialmente pelas deficiências na informação veiculada pelos meios de comunicação acerca, principalmente, da formação em nível médio. Mais uma vez, fazemos referência a questões que, certamente, podem funcionar como desencadeadoras das discussões sobre esta temática e que costumam mobilizar os futuros professores, nesta que é a última série de sua formação inicial:

*Em que séries eu posso dar aula, quando terminar os quatro anos do curso normal? E se eu fizer o Curso Normal Superior?*

*O que eu preciso fazer para ser professora de matemática?*



*O que eu preciso fazer para ser professora do ensino superior?*

*Vale a pena ser professor? Por quê?*

A partir do levantamento das questões e com o apoio da leitura dos textos, pode ser montado um mural, com perguntas e respostas, ilustrado com notícias de jornal e exposto na parte externa da sala de aula para conhecimento de todos os interessados.

Simular situações que representam as frustrações e realizações do professor também permitirá uma análise crítica das suas condições de trabalho e as políticas públicas adotadas para a sua formação e valorização.

O conhecimento da lei que contempla a questão da proteção aos direitos da criança e do adolescente também é importante para o exercício consciente da atividade docente. Para tanto, propomos o trabalho com o Estatuto da Criança e do Adolescente e o conhecimento da existência do Conselho Tutelar e do Juizado de Menores e seus agentes, através, por exemplo, de visitas a essas instituições.

### Sugestões de Leitura

ABREU, Mariza. Profissionais da Educação – caracterizando o pessoal que atua nos sistemas públicos de ensino. *Revista do Professor*. Porto Alegre, jul/set 2004, p.42.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Pareceres n.1 e n.3 de 2003 – esclarecem dúvidas sobre a validade de diplomas de professores de educação infantil e ensino fundamental obtidos no curso normal de nível médio.

BRASIL. MEC. Portaria n.1.403 de 9 de junho de 2003 – institui o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores.

BRASIL – Lei n.8.069 de 13 de julho de 1990 – dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL – Lei n.10.764 de 12 de novembro de 2003 – Altera a Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LINHARES, Célia, SILVA, Waldeck Carneiro da. *Formação de professores: travessia crítica de um labirinto legal*. Brasília: Plano, 2003.

MENESES, João Gualberto de Carvalho e outros. *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica*. São Paulo: Pioneira, 1999.

PRADO, Ricardo. Profissão professor – aprender sempre. *Revista Nova Escola*. Ano XVII, n.161, mai 2003, p.18-19.

RAINHO, João Marcos. Coisa de louco. Ninguém se entende: Governo, Conselho Nacional de Educação e Pedagogos não sabem quem pode formar professores de educação infantil e de ensino fundamental. *Revista Educação*, fev 2001, p.32-40.

## Gestão Escolar

Este é um tema rico e desafiador. Tem por objetivo mostrar as diversas formas de gestão da escola e a importância da gestão democrática.

A Lei 9394/96 (inciso VII do Art. 3º e Art. 14º) estabelece os princípios que devem nortear a gestão democrática. Esses princípios apontam para a necessidade da participação de toda a comunidade - interna e externa - na elaboração e desenvolvimento do Projeto Político-pedagógico da Escola, pois somente com a participação de todos é que a escola encontrará seu caminho.

Neste tipo de gestão, é importante tratar a estrutura administrativa da escola, a autonomia da escola e a participação da comunidade na mesma.

Uma pergunta que pode nortear o trabalho com este tema é:

*O que é participação na escola?*

Muitos alunos passam pelas escolas e não as conhecem. Muitas vezes não sabem sequer escrever o nome das escolas onde estudaram e, muito menos, quem é a pessoa que dá o nome a ela. Conhecem um pouco a parte física e desconhecem quase por completo as partes administrativa e pedagógica. Conhecer a escola é ponto de partida para se falar em gestão democrática e Projeto Político-pedagógico.

É proposta da disciplina *Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa*, em seu documento, conhecer esse espaço escolar já na 1ª série. O professor de *Política Educacional e Organização do Sistema de Ensino* deve dar ênfase a esse conhecimento, com o objetivo de analisar para que serve cada espaço escolar, o que se faz em cada um deles, que pessoas estão neles envolvidas etc., para começar a discussão sobre gestão democrática e autonomia da escola, despertando o interesse e provocando a curiosidade dos alunos em conhecer e compreender a escola.

Além de conhecer o espaço da escola, é importante que o aluno seja estimulado a familiarizar-se com a sua rotina administrativa. Nesse sentido, quando há possibilidade, é interessante a promoção de um pequeno “estágio”, em grupos, nas dependências da escola, visando conhecer o estilo de gestão, a forma de organização, os tipos de documentos utilizados e sua tramitação burocrática, os níveis de controle por parte do MEC (Ministério da Educação) e da Secretaria de Educação, bem como a existência e a validade do censo escolar. Tudo pode ser organizado em uma pasta e apresentado para discussão e avaliação.

Os trabalhos práticos são essenciais para o desenvolvimento desse tema. Sugerimos também como atividades práticas: entrevistas com o diretor, coordenadores, secretária e representantes do grêmio estudantil, a elaboração de um fluxograma da escola, o levantamento de dados (pesquisa de campo) para conhecer a comunidade interna e externa – seus anseios e possibilidades, a análise do regimento da escola etc.

Também é interessante promover, quando possível, a participação dos alunos, como observadores, em reuniões que ocorrem na escola, como reuniões de professores, da equipe pedagógica, do conselho escola-comunidade, do conselho de classe etc. Isso para que tenha idéia do nível de participação coletiva nas decisões da escola.

Para que os futuros professores compreendam a importância do Projeto Político-pedagógico sugerimos a elaboração de um projeto deste tipo. Para isso será importante discutir: o que é, para que serve, quem faz, como se faz (etapas do projeto), como se avalia etc., com suporte na leitura e discussão de textos e sob a orientação do professor.

O trabalho poderá ser realizado em grupos. Cada grupo representará uma escola fictícia, inserida em comunidades diversas (favela, área industrial, área praiana, área rural etc.). Os membros do grupo serão os diferentes “atores” dessa escola: diretor, professor, aluno representante do grêmio, coordenadores, etc. A proposta é que eles se reúnam para elaborar um Projeto Político-pedagógico para “sua escola”, definindo

os princípios norteadores da ação, determinando o que querem conseguir, estabelecendo caminhos e etapas para o trabalho, mostrando como avaliarão o processo e os resultados.

Ao professor cabe orientar todas as fases, esclarecer dúvidas, sugerir estratégias, procurando sempre a participação de todos.

## Sugestões de Leitura

ALENCAR, Marcelo e PRADO, Ricardo. Nada será como antes: passo a passo, nasce o projeto pedagógico. *Revista Nova Escola*. Ano XV, n.138, dez 2000, p.14-17.

BASTOS, João Baptista (org.). *Gestão democrática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2ª ed., 2001.

COLL, César. Educação, Escola e Comunidade: na busca de um novo compromisso. *Revista Pátio*. Porto Alegre: ARTMED. Ano II, n.6, ago/out 1998, p. 9-12.

GANDIN, Danilo. *Temas para um projeto político-pedagógico*. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2000.

GENTILE, Paola. Proposta pedagógica – a escola com a cara da comunidade. *Revista Nova Escola*. Ano XIX, n.171, abr 2004, p.44-49.

GHANEM, Elie. Participação popular na gestão escolar: três casos de políticas de democratização. *Revista Brasileira de Educação*. n.3, set/out/nov/dez, 1996.

LIBÂNIO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. *Educação Básica: Políticas, Legislação e Gestão – Leituras*. São Paulo: Pioneira, 2004.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. *Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador*. São Paulo: E.P.U., 2ª ed., 2000.

## OBJETIVOS A ALCANÇAR

---

Com o estudo dos conteúdos da disciplina *Política Educacional e Organização do Sistema de Ensino*, espera-se que os futuros professores sejam capazes de:

- Compreender que o sistema escolar é um subsistema do sistema social e que portanto é por ele influenciado, ao mesmo tempo em que pode afetá-lo de forma positiva.
- Utilizar os conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira para a compreensão do contexto em que está inserida a prática educativa e das relações que a envolvem.
- Utilizar os conhecimentos sobre a organização, a gestão, o financiamento dos sistemas de ensino, a legislação e as políticas públicas referentes à educação para uma inserção profissional crítica.
- Orientar suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por princípios coerentes com os ideais de nossa sociedade.
- Desenvolver-se profissionalmente e ampliar seu horizonte cultural, adotando uma atitude de disponibilidade para a atualização, flexibilidade para mudanças, gosto pela leitura e empenho na escuta profissional.

- Posicionar-se como profissional de educação, compreendendo a estrutura em que está inserido administrativamente, para que possa dela participar de maneira consciente e dinâmica.
- Participar coletiva e cooperativamente na elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do Projeto Político-pedagógico da escola, para uma atuação em diferentes contextos da prática profissional, além da sala de aula.
- Participar de associações da categoria, estabelecendo intercâmbio com outros profissionais em eventos de natureza sindical, científica e cultural.

## ABORDAGENS E INTERFACES POSSÍVEIS

---

Uma das grandes tarefas dos cursos de formação inicial de professores é a preparação de profissionais que sejam capazes de buscar informações, que se conscientizem da necessidade de sua permanente atualização. É preciso formar professores que sejam capazes de conhecer e refletir sobre as transformações constantes por que passam os diversos setores da sociedade.

Os professores de *Política Educacional e Organização do Sistema de Ensino* precisam conscientizar seus alunos da necessidade de se estar sempre atento às mudanças que ocorrem constantemente nas instituições escolares e nos sistemas de ensino. Os futuros professores precisam estar cientes de que tais transformações modificam as regras que regem desde o funcionamento das instituições até questões relativas à sua profissão.

Por isso, é preciso prepará-los para serem capazes de consultar os instrumentos oficiais de divulgação (diários oficiais) da legislação e alertá-los para a necessidade de constantes visitas a sites como o do MEC – Ministério da Educação (<http://www.mec.gov.br>), o do CNE – Conselho Nacional de Educação (<http://www.mec.gov.br/cne>), o do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.inep.gov.br>), das Secretarias Estadual e Municipal de Educação e do Sindicato de Professores da região onde for atuar. Estes sites dispõem de informações sempre atualizadas e *links* para outros igualmente úteis e interessantes.

Os alunos também poderão ser incentivados a consultar o *site* do “plenarinho” (<http://www.plenarinho.gov.br>), que proporcionará uma agradável viagem pela Câmara dos Deputados e o <http://www.protagonistes.org.br>, que permitirá o acesso a um importante material chamado de “Cartilha Direitos dos Estudantes”.

Também é interessante acessar o site do CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação (<http://www.consed.org.br>), onde pode ser encontrada a Revista Gestão em Rede.

O trabalho com projetos é uma maneira de envolver os alunos em atividades diversificadas e dinâmicas e promover a integração entre as disciplinas do curso.

No Projeto *Conhecendo a comunidade e reconhecendo-se*, proposto no texto da disciplina *Conhecimentos Didáticos Pedagógicos em Ensino Fundamental*, os alunos poderão participar da exposição de fotos e da construção do álbum da memória de sua história escolar, com grande utilidade para o estudo dos temas desenvolvidos em *Política Educacional e Organização do Sistema de Ensino*. Nesse mesmo projeto, é possível também articular os conteúdos da disciplina Sociologia da Educação, por meio da identificação de características da comunidade onde está inserida a escola, compreendendo a importância deste conhecimento na elaboração do Projeto Político-pedagógico.

Já no projeto *A Matemática nas Eleições*, também proposto no texto da disciplina *Conhecimentos Didáticos Pedagógicos em Ensino Fundamental*, os alunos poderão aplicar e desenvolver conhecimentos afetos aos conteúdos de *Política Educacional e Organização do Sistema de Ensino*, discutindo e refletindo sobre a elaboração e a aplicação de regras eleitorais, o funcionamento do sistema eleitoral, além da oportunidade de vivenciarem um processo participativo.